

O TRABALHO NO EXTRATIVISMO MINERAL PARA A CONSTRUÇÃO CIVIL: UMA ANÁLISE DO MUNICÍPIO DE AREIA BRANCA, SERGIPE

WORK IN MINERAL EXTRACTIVISM FOR CIVIL CONSTRUCTION: AN ANALYSIS OF THE MUNICIPALITY OF AREIA BRANCA, SERGIPE

Tiago Barreto Lima ¹
João Pedro Celestino dos Santos ²
Ana Rocha dos Santos ³

RESUMO

Este estudo resulta da análise das relações e condições de trabalho presentes na atividade extrativista mineral para a construção civil, no município de Areia Branca - SE. A pesquisa teve como ponto de partida a constatação do aumento da demanda por materiais mineralógicos utilizados pela construção civil no país, muito alicerçada no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e, nele, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Esta atividade produtiva envolve um número significativo de trabalhadores que vive da/na exploração mineral, submetendo-se a relações e condições de trabalho degradantes. Para analisar tal realidade, a pesquisa contou com procedimentos metodológicos reveladores da lógica de extração de riqueza e de trabalho, indispensáveis à reprodução da riqueza apropriada por grupos econômicos que dominam tanto a atividade de extração mineral como a construção civil. Foram analisados os dados obtidos junto às plataformas oficiais do governo como MTE, IBGE, CAGED e RAIS, que foram interpretados à luz de um referencial teórico fundamentado na leitura crítica sobre trabalho, exploração da natureza, Estado e capital. Os resultados revelam uma realidade ao mesmo tempo fragmentada e complexa no tocante ao trabalho realizado nas áreas de extração mineral para a construção civil, tendo em vista i. A informalidade dos trabalhadores, ii. A ausência de equipamentos de proteção individual (EPI's) e iii. Baixa qualificação e salários insignificantes.

Palavras-chave: Trabalho, Mineração, Construção Civil.

ABSTRACT

This study results from the analysis of working relationships and conditions present in mineral extractive activity for civil construction, in the municipality of Areia Branca - SE. The research had as its starting point the observation of the increase in demand for mineralogical materials used by civil construction in the country, very much based on the Growth Acceleration Program (PAC) and, within it, the 'Minha Casa Minha Vida' Program (PMCMV). This productive activity involves a significant number of

¹Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe – UFS, thiagobarreto824@gmail.com;

² Professor substituto do DGEI/UFS. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe – UFS, jpedro.celestino_2012@hotmail.com;

³ Professora do DGEI/UFS, Coordenadora do PPGEU/UFS, líder do GRUPE, ana68@academico.ufs.br ;

workers who make a living from/in mineral exploration, subjecting themselves to degrading working relationships and conditions. To analyze this reality, the research relied on methodological procedures revealing the logic of wealth and labor extraction, essential for the reproduction of wealth appropriated by economic groups that dominate both mineral extraction and civil construction activities. Data obtained from official government platforms such as MTE, IBGE, CAGED and RAIS were analyzed, which were interpreted in the light of a theoretical framework based on a critical reading of work, exploitation of nature, the State and capital. The results reveal a reality that is both fragmented and complex regarding the work carried out in the areas of mineral extraction for civil construction, considering i. The informality of workers, ii. The absence of personal protective equipment (PPE) and iii. Low qualifications and insignificant salaries.

Keywords: Work, Mining, Civil Construction.

INTRODUÇÃO

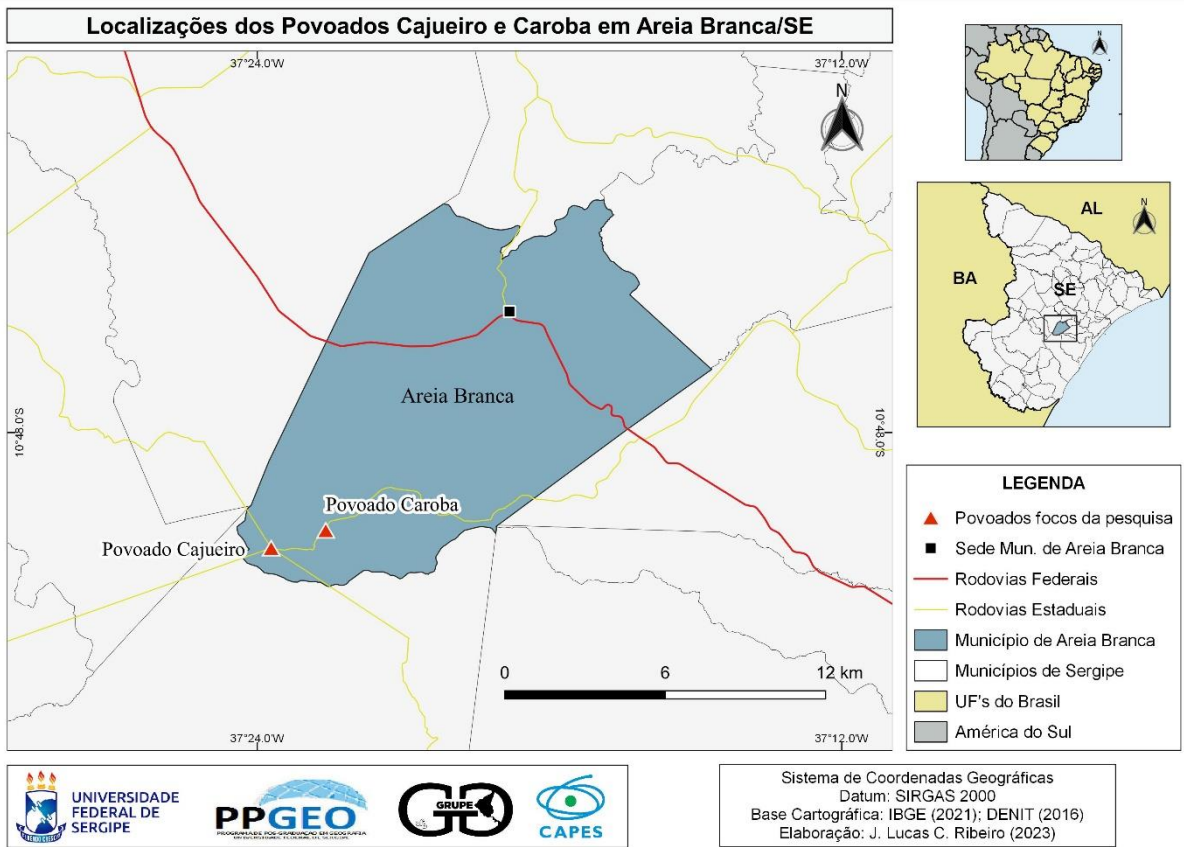
O presente texto⁴ busca analisar as relações e condições de trabalho na atividade extrativista mineral para a construção civil, com foco no município de Areia Branca, Sergipe, sobretudo os espaços rurais Caroba e Cajueiro, áreas nas quais são extraídos materiais minerais como areia, aterros e cascalhos (Mapa 01).

Mapa 01:

Areia Branca/SE:

Localização dos Povoados Cajueiro e Caroba. 2023.

⁴ Este estudo faz parte de uma pesquisa iniciada em 2022 no curso de mestrado em Geografia, com financiamento da CAPES.



A atividade mineralógica a qual o presente estudo se debruça é a extração de areia, argila e aterro, materiais destinados majoritariamente para a construção civil. Segundo o Boletim do Setor Mineral (2021), entre os dez elementos mais requeridos para exploração, se fixam além da areia, aterro e argila, a pedra britada, os cascalhos e os conglomerados. Desse modo, o município de Areia Branca, na existência do extrativismo mineral voltado para a construção civil no país, sedia relações e condições de trabalho que se desdobram na atividade de exploração dos minerais. A extração da areia, da argila e o aterro, feita de modo fragmentado e separado por máquinas, expressa o trabalho estranhado embasado num ciclo vicioso de destruição do homem e da natureza.

A análise, portanto, parte do pressuposto da associação entre o crescimento da atividade extrativista no tocante às pedreiras e aos areais e o *bomm* da construção civil, com significativos desdobramentos para o trabalho que se realiza nessas áreas extrativas. A partir das políticas de habitação, especialmente, com o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), criado no ano de 2009 pelo governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, houve um incremento da exploração mineral para atender a demanda de matérias-primas para o setor da construção civil. A política adotada pelo governo de construir moradias de extrato popular e acessível, corrobora

com o caráter social do Partido dos Trabalhadores (PT), mas não deixa de reafirmar o controle e domínio da classe burguesa sobre os meios de produção do país.

O Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) foi implantado como política do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que era um conjunto de ações do governo Lula para a promoção do desenvolvimento e estratégia de suportar a crise internacional, desencadeada pela bolha imobiliária ocorrida nos EUA, em 2008. Por isso, o extrativismo mineral e, por conseguinte, a presença das pedreiras funcionam como meios de produção de fontes de riquezas, ora explorando os recursos naturais presentes no solo, ora subjugando os trabalhadores em relações de trabalho degradantes. Pode-se ler essa realidade como uma forma de conter os efeitos da crise econômica ao fomentar o crescimento e a retomada do emprego, mas também promover, nesse processo, os agentes imobiliários e do capital financeiro, como as construtoras, empreiteiras e até o beneficiário da moradia pelo financiamento e linhas de crédito.

A demanda crescente por elementos mineralógicos é uma realidade, dada a crescente utilização da natureza para a produção de mercadorias. A mineração no mundo e no Brasil ganha destaque por ser um setor intimamente ligado ao desenvolvimento da indústria de diversos segmentos, desde o setor imobiliário, automobilístico até o farmacêutico e alimentício.

Assim sendo, estudar o trabalho na atividade extrativista realizada nos areais do município de Areia Branca permite revelar as contradições que envolvem a atividade extrativista mineral, a questão do trabalho e ainda sua relação com o *boom* da construção civil. A análise da realidade local em suas conexões com as determinações mais gerais como o contexto político, econômico e financeiro global é esclarecedora da articulação entre as diferentes escalas.

O estudo baseou-se nos procedimentos metodológicos da pesquisa bibliográfica e de campo por apresentarem uma relevância para que a realidade seja interpretada e o objeto de investigação possa ser explicado além do seu aspecto fenomênico. As referências sobre o trabalho, políticas habitacionais, extração mineral foram imprescindíveis para a compreensão teórica e de *práxis* na presente investigação. Os trabalhos de campo foram realizados nos locais dos areais, com foco de desnudar a realidade concreta. Com o objetivo de compreender a realidade, os sujeitos que fazem parte da atividade de exploração de areia foram entrevistados. Entre eles, foram ouvidos os donos contemplados com a Licença de Operação (LO), os funcionários desses empreendimentos de exploração mineral e os trabalhadores avulsos (os caçambeiros).

O município de Areia Branca, no estado de Sergipe, faz parte, juntamente com mais 13 municípios, do chamado Agreste Sergipano. Areia Branca tornou-se independente em 1963, quando deixou de ser um povoado do município de Riachuelo. Segundo o IBGE (2022), a população areia-branquense soma pouco mais de dezoito mil habitantes, além de se encontrar a uma distância de 36 km da capital sergipana. Em Sergipe, o município é conhecido pelo forró e festas no mês de maio e junho, tomando para si a abertura oficial dos festejos juninos em todo o estado. Outra importante informação, relaciona-se diretamente com a cor que caracteriza o espaço areia-branquense, no qual a terra branca é marca presente, corroborando para a ideia de que em tempos passados houve na área em questão a presença de praias (IBGE, 2023).

A metodologia utilizada se baseou na abordagem quanti-qualitativa, tendo em vista a busca de informações sobre número de estabelecimentos tanto ligados à extração mineral quanto à construção civil, e números de empregados nos dois setores alvos do estudo, passo necessário para refletir teoricamente sobre a realidade estudada, bem como no confronto com os dados colhidos durante os trabalhos de campo. O trabalho se sustenta em levantamento bibliográfico a partir de artigos, livros, dissertações de mestrado, *sites* de institutos científicos, bem como em levantamento documental junto aos órgãos oficiais, tais como: IBGE, DNPM, ADEMA, ANM, MTE, CAGED, RAIS e SIDRA, dentre outras fontes de dados imprescindíveis à compreensão teórica e de *práxis* na presente investigação.

O trabalho também se assenta em procedimentos como trabalhos de campo no município de Areia Branca, com registros fotográficos, fonográfico e aplicação de questionários semiabertos com os trabalhadores nas áreas de extração mineral e os respectivos responsáveis por essas áreas, ou seja, os detentores da concessão de lavra, assegurando o sigilo e a privacidade dos sujeitos, sendo usado apenas o que foi previamente autorizado pelos participantes, tendo em vista os princípios éticos na coleta de informações destes.

REFERENCIAL TEÓRICO

O modo de produção capitalista é genuinamente contraditório e desigual na sua forma de realização e vigência, isto é, a pobreza e os problemas sociais materializados no espaço geográfico são rebatimentos espaciais do movimento de acumulação de capital. Destarte, o trabalho destituído do seu sentido e da sua função social é expressão da própria engrenagem capitalista, na qual os sujeitos se tornaram mercadorias a serviço do capital. Assim, “a

transformação do trabalho em mercadoria e a inserção da tecnologia na produção representam o estabelecimento do controle do capital sobre a natureza e o trabalho (Oliveira, 2007, p. 26)

O enfrentamento da crise na década de 1970 é um exemplo de como o capitalismo se reorganizou em escala mundo, adotando o neoliberalismo e um regime de acumulação flexível no qual tudo e todos se tornariam flexíveis, fluídos e “livres” – outra vez – da rigidez do chão das fábricas. Com o trabalho flexível, as profissões se tornam flexíveis e o capital, de forma ainda mais invasiva, adentra as mais longínquas regiões do planeta, destroçando e reconfigurando a natureza, homens e mulheres, num movimento de destruição do ser social. Sobre isso, o processo saúde-doença é determinado pelo modo como os homens e as mulheres se apropriam/relacionam com a natureza, ou como se delineia os instrumentos de controle do capital sobre o trabalho e a sociedade de modo geral (Thomaz Jr., 2017, p. 5).

No caso brasileiro, pós-década de 1980, vista como a “Década Perdida”, o executivo, se tornou representante legal dos interesses do capital estrangeiro e das novas medidas de desenvolvimento econômico. “[...], o Estado historicamente é o catalisador que garante o funcionamento do sistema do capital em escala mundial” (Andrade, 2018, p. 23). O desenvolvimento econômico, na leitura das instituições hegemônicas, passaria pelo enxugamento do Estado, através das reformas neoliberais, cortes na prestação de serviços essenciais e privatização de empresas estratégicas e a defesa do protagonismo do indivíduo. Desse modo, a pobreza e a miséria não seriam problemas do Estado, mas sim, de cada indivíduo que não conseguiu, via meritocracia, dirimir tais questões. O problema que é estrutural passa a ser visto, pelo discurso hegemônico, como local e setorizado, tendo que ser resolvido através da atuação das comunidades locais, não mais do Estado.

Assim, o trabalho no extrativismo mineral destinado à construção civil se desenrola num dado espaço e tempo marcado pelo poderio neoliberal na produção e organização do espaço mundial, muitas das vezes desassistido pelo próprio Estado promovedor do *bomm* da construção civil no país.

O ano de 2007 foi enigmático e revelador ao escancarar que as crises capitalistas se tornaram mais recorrentes que tempos passados, sendo necessário recorrer constantemente ao Estado para garantir as condições necessárias de realização do capital, dado que ainda que se obtenha a mais-valia no momento da produção, sua realização está intrinsecamente condicionada à circulação e ao consumo. Desta forma, “o modo de produção capitalista para que se efetive é necessário que seu ciclo de reprodução (produção, distribuição, circulação e consumo) seja consumado, no qual a produção é ponto de partida e o consumo finaliza o

processo” (Andrade, 2018, p. 32). É o Estado o garantidor da existência desse movimento de retroalimentação do sistema.

Nesse cenário, pode-se listar o lançamento do PAC (2007) e do PMCMV (2009) como instrumentos de realização do capital, ainda que esteja contido na gênese dessas duas políticas a mitigação de problemas estruturais que marcam o país, como infraestruturas inexistentes e/ou inadequadas, bem como o *déficit* de moradia para tantos brasileiros e brasileiras. Ambas as políticas sejam de projetos de infraestrutura seja da construção de moradias estavam diretamente relacionadas aos interesses da classe dominante para que o Estado atuasse na dissipação dos possíveis problemas ocasionadas com a eclosão da crise imobiliária nos Estados Unidos e mais tarde em solo europeu.

Segundo Andrade (2018)

Desse modo, a crise que teve como epicentro os Estados Unidos e como consequência desta o grande contingente de capital fictício lançado na busca de amenizar os efeitos da crise, desencadeou uma crise financeira, sendo que dessa vez o epicentro pode ocorrer a qualquer momento ou lugar do globo (Andrade, 2018, p. 54).

Nesse ínterim, os investimentos feitos pelo governo federal no tocante ao PAC e ao PMCMV garantiram também estabilidade para os capitalistas do setor imobiliário e da construção civil, em suma, para uma cadeia do setor privado. Assim, assiste-se ao uso da coisa pública com fins privados, ou seja, o Governo Federal movimenta bancos públicos como a Caixa Econômica Federal e empresas estatais como a Petrobrás para minimizar a forte recessão oriunda do alastramento da crise eclodida nos Estados Unidos.

Para Cardoso; Aragão (2011)

A reação do Governo Federal à crise internacional foi rápida, adotando-se medidas de expansão do crédito pelos bancos públicos (Banco do Brasil, BNDES e Caixa Econômica), de forma a compensar a retração do setor privado, e também medidas de apoio aos setores que estavam sofrendo efeitos da crise (Cardoso; Aragão, p. 88, 2011).

O objetivo pôde ser realizado até o fim da primeira década do século XXI quando nos primeiros anos da segunda década o Brasil foi atingido pela recessão econômica que tomou o mundo e passou a conviver com os seus fantasmas endógenos tanto na dimensão política quanto na econômica, abrindo brechas para a defesa das contrarreformas no país, dentre as quais a trabalhista, consolidada em 2017.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente trabalho parte da tese de que diante da crescente demanda por materiais mineralógicos utilizados pela construção civil no país, muito aliçercado no PAC (2007) e o PMCMV (2009), compreende-se a necessidade de analisar as relações e condições de trabalho na atividade extrativista mineral destinada à construção civil no município de Areia Branca, Sergipe.

Nesse ínterim, ainda que o setor da extração mineral seja conhecido como berço da geração de empregos tanto diretos quanto indiretos, em que 1 emprego direto significa a criação de mais 13 indiretos, cabe destacar o seu caráter instável e volátil, muito em detrimento da sua relação com atividades que estão nas bolsas de valores e sujeitas aos intempéries do próprio sistema capitalista. Assim, este município, entre os anos de 2007 a 2011, não registrou, segundo dados do CAGED e do MTPS (Quadro 01), admissões ou desligamentos no setor extrativista mineral. O quadro mudou a partir de 2012, quando foram listadas 5 admissões e 1 desligamento, com uma variação absoluta de 4; 2013 despontou com 9 admissões e apenas 2 desligamentos, ficou assim com uma variação absoluta de 7, defende-se que o lançamento da segunda versão do PMCMV tenha puxado a positividade dos números; de 2014 a 2017 os números traduzem os momentos difíceis enfrentados pelo setor, com a eclosão de uma crise econômica (2013) e política (2015), com variações absolutas negativas em 2014, 2015 e 2016, com o ano de 2017 sem registros de admissões e/ou desligamentos. O setor volta a apresentar variação absoluta em 2018, com 3 admissões e 1 desligamento e 2019 com 4 admissões e 1 desligamento.

Quadro 01:

Areia Branca/SE

Empregos Formais no Setor Extrativa Mineral, 2023

Número de Empregos Formais no Setor Extrativa Mineral, Areia Branca – SE			
Ano	Admissões	Desligamentos	Varição Abs.
2007	-	-	-
2008	-	-	-
2009	-	-	-
2010	-	-	-
2011	-	-	-
2012	5	1	4
2013	9	2	7
2014	1	3	-2
2015	-	3	-3



2016	-	1	-1
2017	-	-	-
2018	3	1	2
2019	4	1	3

Fonte: CAGED/MTPS (2023)

Elaboração: Tiago Barreto Lima (2023)

No extremo da construção civil (Quadro 02), os números são mais robustos e traduzem certa estabilidade, ainda que o estável esteja estreitamente relacionado com as benesses oferecidas a esse setor pelos fundos públicos, diga-se de passagem. Desse modo, ainda que em 2007 não tenha aparecido nenhuma admissão e/ou desligamento, a realidade é outra nos anos que se seguiram, por exemplo, em 2008 a atividade registrou 55 admissões e 46 desligamentos, com uma variação absoluta de 9; em 2009 a variação absoluta ficou negativa com 22 admissões e 32 desligamentos; o setor retornou a patamares positivos nos anos de 2010, 2011 e 2012, com variação absoluta de 2, 20 e 6 respectivamente; em 2013 a construção civil contratou 2 e demitiu 4, com uma variação absoluta negativa; de 2014 a 2019 o setor caminhou entre números positivos e negativos, traduzindo a instabilidade política e econômica do momento, com altas taxas de desemprego registradas pelo IBGE e as quedas consecutivas do PIB. Assim, 2014 ficou com variação absoluta de 9, 2015 de -15, 2016 de 13, 2017 de -8, 2018 de 14 e 2019 de -2.

Quadro 02:

Areia Branca/SE

Empregos Formais no Setor da Construção Civil, 2023

Número de Empregos Formais no Setor da Construção Civil, Areia Branca – SE			
Ano	Admissões	Desligamentos	Varição Abs.
2007	-	-	-
2008	55	46	9
2009	22	32	-10
2010	8	6	2
2011	63	43	20
2012	55	29	26
2013	2	4	-2
2014	11	2	9
2015	10	20	-10



2016	20	7	13
2017	8	16	-8
2018	17	3	14
2019	-	2	-2

Fonte: CAGED/MTPS (2023)

Elaboração: Tiago Barreto Lima (2023)

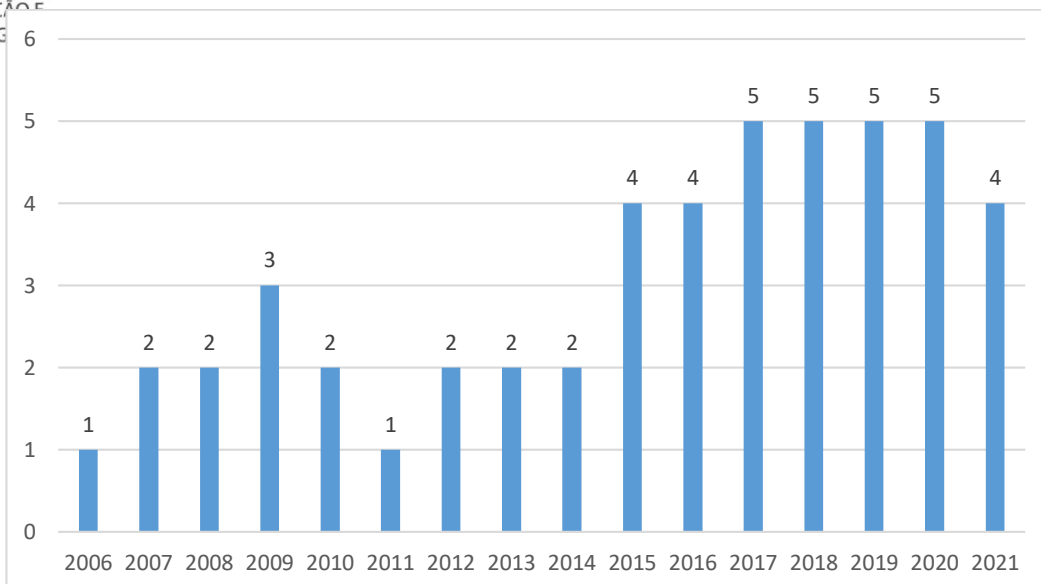
Pesquisou-se também o número de unidades locais atuantes na extração de areia, argila e pedra, bem como na construção em Areia Branca na série 2006-2021, com vistas a analisar os avanços e recuos enfrentados pelas duas atividades econômicas nas duas últimas décadas. Contudo, é bom que se diga que os números a seguir se traduzem no quesito formal e devidamente registrado da atividade, apenas com o campo pode-se mensurar quantos mais estabelecimentos, ainda que na ilegalidade, atuam no setor. Assim, no tocante as unidades locais atuantes na extração de pedra, areia e argila (Gráfico 01), tem-se as seguintes quantidades: 2006 (1), 2007 (2), 2008 (2), 2009 (3), 2010 (2), 2011 (1), 2012 (2), 2013 (2), 2014 (2), 2015 (4), 2016 (4), 2017 (5), 2018 (5), 2019 (5), 2020 (5), 2021 (4). Destarte, os primeiros anos demonstraram uma timidez do setor, ainda que estivessem marcados pelo apogeu do PAC e do PMCMV, duas políticas que fomentaram projetos significativos no país, no qual o primeiro se firmou em infraestruturas e o segundo na construção de moradias.

De forma estranha, mas não irracional, percebeu-se um avanço do setor entre os anos de 2015 a 2020, momento de tensões e receios da comunidade econômica internacional sobre o futuro da economia brasileira. Uma das explicações plausíveis pode ser o tempo brando que o receptor da concessão da lavra tem para começar a minerar, ou seja, não necessariamente a extração dos minérios ocorre no momento da liberação, pode demorar e esperar preços melhores no mercado.

Gráfico 01:

Areia Branca/SE

Número de Unidades Locais Atuantes na Extração de Pedra, Areia e Argila, 2023



Fonte: IBGE – Cadastro Geral de Empresas (2023)

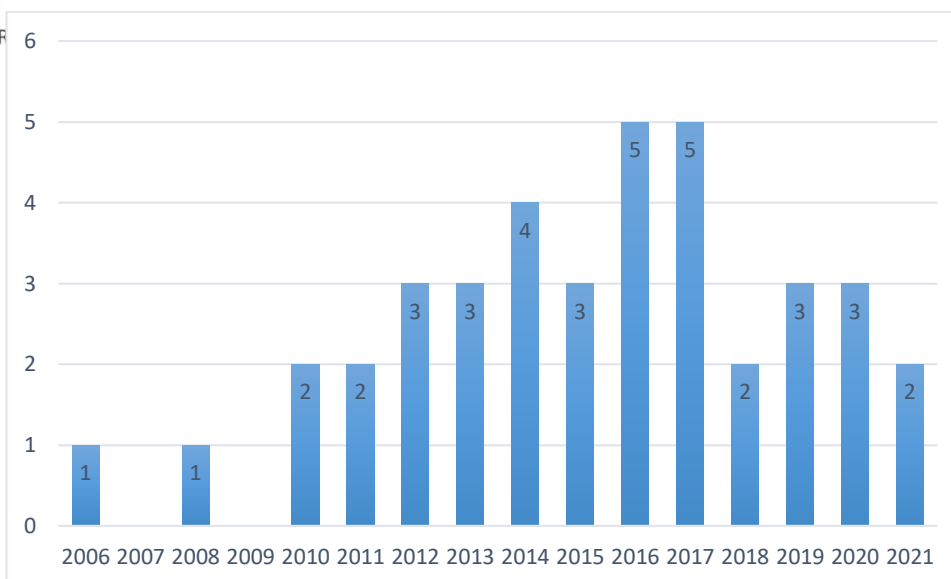
Elaboração: Tiago Barreto Lima (2023)

Sobre a construção, o município apresentou, na série 2006-2021, de 1 a 5 estabelecimentos, com variações a depender do ano (Gráfico 02). Dessa forma, em 2006 houve o registro de 1 unidade atuante na construção, em 2007 não houve a existência de nenhuma, 2008 marca 1 unidade local e 2009 nenhuma unidade local. O cenário se modificou a partir de 2010, quando foram registradas 2 unidades, seguido de 2011 com o mesmo quantitativo, 2012 e 2013 registraram 3 unidades locais cada, demonstrando um avanço na atividade no município, confirmado com o número de 4 unidades em 2014, 3 em 2015 e 5 em 2016 e 2017. O setor sofreu recuo entre os anos de 2018 a 2021, no qual apresentou de 2 a 3 unidades locais, ainda que distante das realidades dos primeiros anos da série, quando foi registrado até mesmo a inexistência de unidades ligadas ao setor da construção. As informações apresentadas, em suma, demonstram que o município apresenta participação na construção, ainda que a instabilidade seja um marco presente.

Gráfico 02:

Areia Branca/SE

Número de Unidades Locais Atuentes na Construção, 2023



Fonte: IBGE – Cadastro Geral de Empresas (2023)

Elaboração: Tiago Barreto Lima (2023)

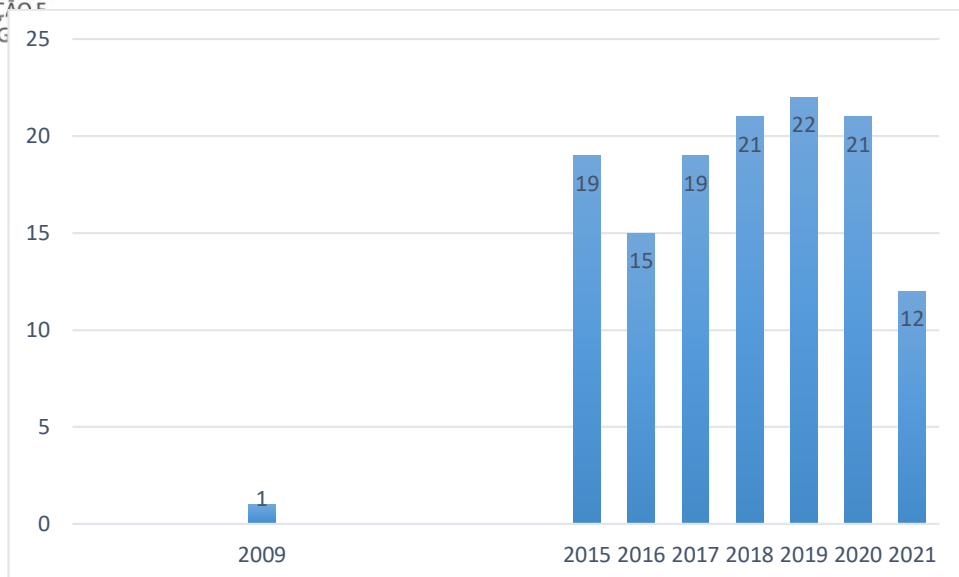
Após apresentado as admissões e desligamentos, bem como a quantidade de unidades locais atuantes tanto no extrativismo mineral quanto na construção, os dados que serão mostrados a seguir buscaram diagnosticar o andamento dos setores no tocante ao número de empregados em cada ano, ainda que sejam os formalmente registrados, pois de antemão esclarece-se que nas propriedades visitadas ainda que somente o quantitativo de 2 funcionários estivessem com a carteira de trabalho assinada, era visível o trabalho de outros sujeitos sem esse instrumento de segurança e legalidade jurídica, como o caso dos caçambeiros.

Nesse sentido, pode-se ver (Gráfico 03), que entre 2006 e 2009 não tem informação sobre o pessoal ocupado no setor da extração de pedra, areia e argila, ainda que na mesma época, segundo o gráfico 01, haja a presença de unidades locais atuando nessa atividade. No ano de 2009 computa 1 funcionário ocupado, seguido de nenhum funcionário devidamente registrado entre 2011 e 2014, momento que são lançados as novas versões do PMCMV. A partir de 2015 existe um aumento no número de pessoal ocupado, quando se assiste em 2015 com 19 pessoas ocupadas seguidas de 15 em 2016, de 19 em 2017, de 21 em 2018, de 22 em 2019, de 21 em 2020 e de 12 em 2021.

Gráfico 03:

Areia Branca/SE

Pessoal Ocupado na Extração de Pedra, Areia e Argila, 2023



Fonte: IBGE – Cadastro Geral de Empresas (2023)

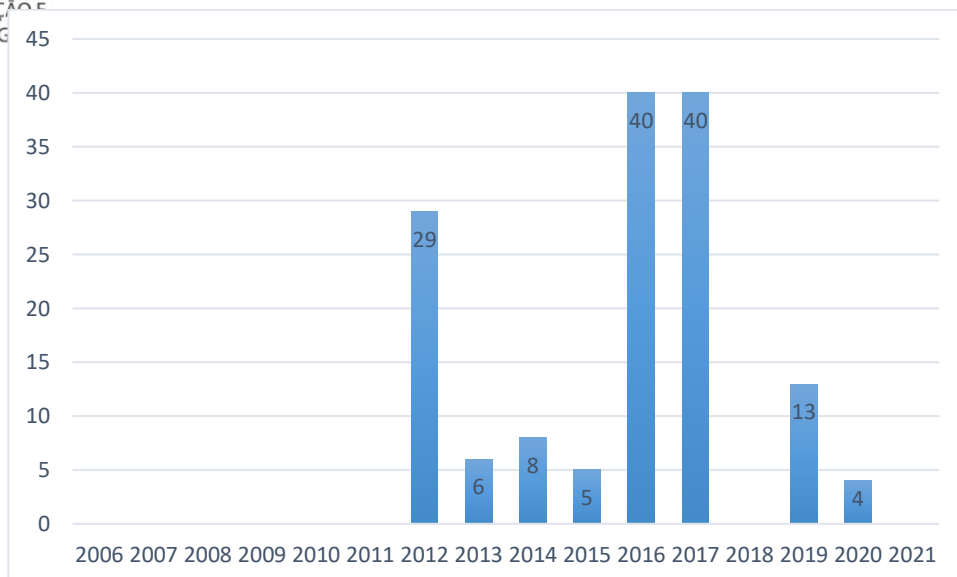
Elaboração: Tiago Barreto Lima (2023)

No tocante à construção, os números não diferem muito em relação a instabilidade e insegurança do desemprego iminente. Desse modo, na série de 2006-2021 (Gráfico 04), somente no ano de 2012 foi que houve o registro de 29 pessoas ocupadas no setor da construção, com números inexistentes até então. Contudo, já em 2013 o setor amarga números baixíssimos de pessoal ocupado, com a constatação de apenas 6 pessoas em 2013, 8 em 2014 e 5 em 2015, assim sendo o pior momento na série investigada. Os anos de 2016 e 2017 marcaram cada um o número significativo de 40 pessoas ocupadas, seguidos em 2018 de nenhum registro, em 2019 registro de 13, 2020 registro de 4 pessoas ocupadas e 2021 de nenhuma pessoa ocupada.

Gráfico 03:

Areia Branca/SE

Pessoal Ocupado na Construção, 2023



Fonte: IBGE – Cadastro Geral de Empresas (2023)

Elaboração: Tiago Barreto Lima (2023)

A natureza do empírico nos revela uma realidade ao mesmo tempo fragmentada e complexa no tocante ao trabalho realizado nas áreas de extração mineral para a construção civil, tendo em vista (i) a informalidade dos trabalhadores, (ii) a ausência de equipamentos de proteção individual (EPI's) e (iii), a baixa qualificação e salários insignificantes, características presentes tanto na localidade rural de Caroba quanto na localidade rural de Cajueiro.

Nesse sentido, em uma das áreas de extração de areia visitada no povoado Caroba, presenciou-se apenas dois funcionários com carteira de trabalho assinada, sendo um dos empregados responsável pelo controle de entrada e saída de caçambas transportando os materiais extraídos, e o maquinista na função de carregar as caçambas de areia e aterros e desmatar, com a máquina, novas áreas para a exploração dos materiais. A realidade é semelhante na propriedade investigada no povoado Cajueiro, no qual apenas duas pessoas compõem o quadro de funcionário, o fiscal e o operador de máquinas. Sobre o “entrevistado A” (29 anos, pov. Caroba, Areia Branca) chama-nos atenção a questão de ele ser o terceiro da família a trabalhar na mesma propriedade, antes já estiveram ali o seu pai e o ser irmão mais velho, o que mostra uma continuidade dos postos de trabalho ocupados por esses sujeitos. A presença do pai e do irmão na mesma propriedade também revela o quanto de tempo a área é destinada exclusivamente para fins de extração no sentido mercadológico, assim o proprietário da área expõe “exerço atividade há 20 anos” (“entrevistado B”, 60 anos, Aracaju. T. de campo realizado via rede social *WhatsApp*, 28 ago. 2022).

Ainda que os quatro funcionários identificados durante a pesquisa de campo tenham suas funções registradas na carteira de trabalho, a maior parte dos trabalhadores que trafega por esses

dois espaços não dispõe da mesma segurança, tendo em vista que há um número significativo de caçambeiros todos os dias da semana transportando material para as empresas compradoras, caracterizados como sujeitos autônomos/patrões de si mesmo, na ideologia do empreendedorismo, pormenores, trabalhadores sem qualquer segurança trabalhista.

Os caçambeiros, na presente pesquisa, suscitam como os trabalhadores mais fragilizados e precarizados, dado que raros são os casos nos quais as empresas compradoras dos materiais extraídos assinam contrato diretamente com os caçambeiros, quando, em sua maioria, colocam-se como trabalhadores avulsos. Nas palavras do “entrevistado A”: “os caçambeiros podem ser autônomos ou estarem trabalhando para uma empresa compradora do material extraído” (entrevistado A, 36 anos, pov. Caroba, Areia Branca). Para se ter noção do número de caçambeiros que desenvolve diariamente suas atividades nesses espaços, tanto os entrevistados da propriedade em Caroba quanto da propriedade em Cajueiro revelaram que em média deixam o local cerca de 30/40 caçambas carregadas de areia e aterro (Informação de trabalho de campo realizado em 28 ago. 2022, nos povoados investigados).

Desse modo, as caçambas, algumas em estados precários, são de propriedade dos próprios caçambeiros, arcando com as respectivas manutenções do transporte. Uma caçambada de areia é vendida no valor de R\$ 200,00; no transporte conhecido como “truckinho”, o valor é menor, chegando a ser vendido por R\$ 140,00. O preço também varia a depender do material, haja vista que o aterro é vendido por R\$ 100,00. Diante dos valores mencionados e do transporte realizado de Areia Branca até a capital Aracaju – local onde fica a maior parte das empresas compradoras – revela-se que o que sobra para esses trabalhadores são ganhos ínfimos para garantir sua reprodução social. O trabalho desenvolvido tanto pelos funcionários dos proprietários das áreas de extração quanto pelos caçambeiros é visto como degradante, infortúnio e doloroso, não existindo uma realização do sujeito no desenvolvimento das suas atividades, mas sim, a sua (des)realização, tornando-se estranho.

Sobre isso, ainda que haja caçambeiros contratados diretamente das empresas consumidoras dos materiais extraídos, muitos são os avulsos e nenhum contrato diretamente pelo proprietário que detém a concessão da lavra. Assim, quando questionados sobre os principais destinos dos materiais recolhidos pelos caçambeiros na área de estudo, salta aos olhos por surgirem nomes de empresas de grande porte e de participação significativa na produção do espaço sergipano, tais como: FMMIX, SUPERMIX, Torre Empreendimentos, Usina Cammel e Comercial Andrade empresas localizadas no município de Aracaju, outros espaços citados estão no município de Itabaiana como o Rei do Adubo e outros pequenos depósitos

(entrevistado B, 60 anos, Aracaju. T. de campo realizado via rede social *WhatsApp*, 28 ago. 2022).

Desse modo, na atualidade, comemora-se o fim da estabilidade do emprego formal e dos direitos trabalhistas conquistados e aprovados depois de inúmeras lutas dos movimentos sociais, políticos e comunidades acadêmicas.

Tomado como obsoleto, o trabalho formal e seguro é posto como obstáculo para o desenvolvimento econômico, assim o ideal é empreender e ser patrão de si mesmo, ideias defendidas pela classe dominante e reproduzidas nos mais distintos espaços de poder. A informalidade é, na aparência, vista como ação necessária para que exista fluidez econômica e desenvolvimento nas distintas dimensões da vida humana, porém, na essência, a informalidade nada mais é que o exército de reserva produzido pelos interesses e necessidades do capital, o qual os sujeitos ali presentes podem ser inseridos no circuito produtivo ou não, bem como em que condições serão reinseridos.

A ausência de carteira de trabalho no tocante aos caçambeiros é um ponto, uma outra questão é a ausência do uso de equipamentos de proteção individual seja pelos funcionários dos responsáveis pela área minerada, seja pelos caçambeiros. Nesse sentido, em nenhuma das duas propriedades visitadas foi verificado quaisquer usos de EPI's, em suma, o que se averiguou foi trabalhadores de bermudas, camisetas e chinelos abertos em um ambiente de trabalho sujeito a diversas intempéries, como deslizamentos e presença massiva de poeira, demandando, necessariamente, o uso de máscaras e óculos especiais. Sobre a ocorrência de acidentes no local de trabalho, os entrevistados disseram não ter conhecimento de nenhum acidente desse tipo. Via rede social *WhatsApp*, no dia 28 ago. 2022, também foi feita a mesma pergunta para o “entrevistado B”, que é proprietário da área visitada no povoado Caroba, a resposta foi “acidente nunca houve”.

No tocante à remuneração salarial, podemos falar apenas dos quatro funcionários encontrados no momento da realização do campo, no qual dois estavam na propriedade visitada em Caroba e dois na propriedade visitada no povoado Cajueiro. Assim, segundo o proprietário e entrevistado B (60 anos, Aracaju. T. de campo realizado via rede social *WhatsApp*, 28 ago. 2022), seus funcionários, que são o fiscal e o maquinista, recebem R\$ 1.400,00 e R\$ 2.600,00 respectivamente, mas a informação não coincide com as que foram passadas pelo funcionário no local da entrevista. Segundo o “entrevistado A” (29 anos, pov. Caroba, Areia Branca, 27 ago. 2022) tanto ele quanto o outro funcionário recebiam, cada qual, um salário mínimo, o que equivalia a R\$ 1.302,00 na época. Percebe-se que as informações salariais ditas não coincidem, fato que demonstra a fragilidade na relação de trabalho.

A situação na propriedade no povoado Cajueiro difere um pouco da que foi exposta anteriormente, ainda que o proprietário da área não tenha respondido nenhuma das perguntas enviadas no dia 28 de agosto de 2022 via rede social *WhatsApp*. Contudo, o seu funcionário, tratado aqui como “entrevistado C” (36 anos, pov. Cajueiro, Areia Branca) respondeu que a sua remuneração é de um salário mínimo, R\$ 1.302,00 na época, e que o do operador de máquinas era um valor maior, mas não soube informar com exatidão a remuneração salarial. Sobre o seu tempo de serviço na localidade visitada, o “entrevistado C” relata que trabalha na unidade há mais 7 anos e que é o primeiro da família a trabalhar na área de extração de areia.

Ainda que na situação de Caroba exista divergências no tocante a remuneração salarial, coaduna-se com a premissa de que os maquinistas/operadores de máquinas recebem um valor maior que os fiscais/vigilantes, tendo em vista a diferença em relação a qualificação da força de trabalho, dado que os primeiros, geralmente, apresentam Carteira Nacional de Habilitação (CNH) de acordo com as atividades desenvolvidas, o que ocasiona determinados gastos com a obtenção do documento e sua consecutiva renovação.

Portanto, ainda que o trabalho tem sido descaracterizado com o avançar do capitalismo, quando se percebe dificuldades para estabelecer relações contratuais entre o trabalhador e o patrão, no qual os primeiros são tratados como autônomos e daí deriva a responsabilidade por si mesmo, o trabalho não perde centralidade e/ou tampouco deixa de existir, tendo em vista ser a força de trabalho a única por gerar valor. Ainda que o desenvolvimento das forças produtivas permita a ordem substituir cada vez mais trabalho vivo por trabalho morto, existe um limite para esse movimento, haja vista ser o homem trabalhador o responsável pela criação do valor, além de retroalimentar o circuito do capital, sem ter nenhum entrave.

Assim, as relações que se estabelecem, sobretudo as de trabalho, reiteram a necessidade de uma análise crítica, já que existe aí exploração de força de trabalho de diferentes trabalhadores envolvidos na atividade da mineração. De forma incipiente, nota-se é que os investimentos na expansão imobiliária no Brasil não ocorrem sem contradições. E são estas mesmas contradições que precisam ser elucidadas para se compreender que o desenvolvimento de atividades produtivas como a mineração não se manifesta de forma aleatória, mas atende ao momento econômico de expansão ou retração da economia. A expansão da construção civil no Brasil e em Sergipe, ao tempo em que garante aumento nos postos de trabalho, com a oferta de empregos diretos e indiretos, aprofunda a precariedade do trabalho

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dinâmica do capital é intensa e não se anula em sua íntima relação com a exploração da natureza, em suas mais diversas condições e situações. Ao mesmo tempo que explora a natureza, explora também e em demasia o próprio sujeito que trabalha e que vive dele. O trabalho é garantia de sobrevivência do homem, é através dele que é possível produzir coisas que dispensem utilidade, ao passo que também é possível produzir mercadorias paupáveis e necessárias para a experiência do capital em seu processo de acumulação.

Não há dúvidas, portanto, que é através do trabalho que se produz riqueza. É o único meio possível de os capitalistas acumularem durante o tempo, a exploração do trabalho alheio, a compra da força de trabalho, a submissão de trabalhadores, e o pagamento de um baixo salário como estratégia de manutenção de exércitos de reserva e da própria condição precária de trabalho.

Toda esta relação, dentro de uma estrutura de sociopolítica e econômica assentada numa perspectiva neoliberal, e antes disso também, se ancora num elemento comum que dá sustentação para este conflito – capital/trabalho – que é o Estado. Ele é, por sua vez, capitalista, burgês e, também, opressor da classe trabalhadora. Sua forma de atuação se manifesta contrária à emancipação dos trabalhadores, visto as estratégias jurídico-burocráticas e legais para a exploração dos sujeitos que vivem do trabalho, no dizer de Antunes (2018). As leis são os principais artificios para “normalizar” a reprodução do capital e em suas diferentes escalas.

Destarte, o Estado, para além de uma certa “neutralidade”, assume um compromisso muito sério com a classe capitalista e por isso impulsiona, sob diferentes formas e ideologias a manutenção da relação existente entre quem trabalha e quem lucra. Além disso, dá aval para a legitimação de mecanismos de controle e de promoção da individualidade do sujeito por meio da dinâmica do empreendedorismo – ser autônomo, e cuja autonomia não se sustenta, mas desrealiza o trabalhador, mas realiza o capital.

É válido salientar, também, que o Estado legitima a exploração mineral em diferentes escalas, causando uma série de rebatimentos na natureza. A exploração mineral e sua relação de totalidade, transgride fronteiras, e se torna um problema, inclusive, a nível global, com interesses de grandes corporações e de uma reprodução demasiada do processo de extração de diferentes produtos.

Desse modo, os bens comuns, intrínsecos à natureza, são tomados como privados e mercantilizados de acordo com os interesses dos grupos dominantes, retroalimentando uma lógica destrutiva da natureza e do próprio sujeito histórico em detrimento da realização do capital. Em suma, o extrativismo mineral sob o liame da construção civil nos revela um modo



de produção genuinamente predatório e devastador do trabalho como fundante do ser social e da natureza.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, V. da. C. **Programa Minha Casa, Minha vida**: financeirização da política habitacional e relações patrimonialistas em Sergipe. Tese Doutorado em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, 2018. São Cristóvão – SE, 2018. 212 f. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10346/2/VANILZA_COSTA_ANDRADE.pdf. Acesso em: 01 nov. 2023.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

CARDOSO, Adauto Lúcio; ARAGÃO, Thêmis Amorim. A reestruturação do setor imobiliário e o Programa Minha Casa Minha Vida. In: MENDONÇA, Jupira Gomes; COSTA, Heloisa Soares de Moura (Organizadores). **Estado e capital imobiliário**: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro. Belo Horizonte: C/Arte, 2011. p. 81-104. ISBN: 978-85-7654-121-9

OLIVEIRA, V. D. de. **As tecnologias e suas interfaces no campo como estratégia de controle do capital**. 2007. 220f. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão – SE, novembro de 2007.

THOMAZ JUNIOR, A. Degradação sistêmica do trabalho no agrohidronegócio. **Revista Mercator**. Fortaleza, v. 16, p. 1-20, 2017. ISBN: 1984-2201